



EDITORA



UnB

AS LICENCIATURAS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Avanços, desafios e perspectivas

Eloisa Pilati
Marcelo Cigales





Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

EDITORA



UnB

As licenciaturas na Universidade de Brasília

Avanços, desafios e perspectivas

Eloisa Pilati
Marcelo Cigales

(organizadores)



	Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais
Coordenação geral	Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultor de produção editorial	Percio Savio Romualdo Da Silva
Coordenação de revisão	Denise Pimenta de Oliveira Talita Guimarães Sales Ribeiro
Coordenação de design	Cláudia Barbosa Dias
Revisão	Julia Neves
Diagramação	Lislayne de Oliveira Gonçalves
Foto de capa	Secom/UnB

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
 Editora Universidade de Brasília
 Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
 Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
 CEP: 70910-900
 Site: www.editora.unb.br
 E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

L698 As licenciaturas na Universidade de Brasília
 [recurso eletrônico] : avanços, desafios e
 perspectivas / Eloisa Pilati, Marcelo Cigales
 (organizadores). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília 2024.
 173 p. – (Série Ensino de Graduação).

Formato PDF.
 ISBN 978-65-5846-264-4.

1. Universidade de Brasília. 2. Professores -
 Formação. I. Pilati, Eloisa (org.). II. Cigales,
 Marcelo (org.). III. Série.

CDU 378.22 (817.4)

Comitê científico e avaliador

Antonio Alberto Brunetta

Universidade Federal de Santa Catarina

Cristiano das Neves Bodart

Universidade Federal de Alagoas

Eloisa Pilati

Universidade de Brasília

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva

Universidade de Brasília

Marcelo Cigales

Universidade de Brasília

Márcio José Rosa de Carvalho

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Monica Okamoto

Universidade Federal do Paraná

Pedro Erginaldo Gontijo

Universidade de Brasília

Rodrigo Diego de Souza

Universidade Federal de Santa Catarina

Sara Esther Dias Zarucki Tabac

Universidade Federal de Alfenas

Sumário

Prefácio 11

Diêgo Madureira de Oliveira

Apresentação 13

Marcelo Cigales e Eloisa Pilati

Capítulo 1

As licenciaturas da UnB na visão da gestão Dapli/CIL: avanços e desafios 17

Marcelo Cigales e Eloisa Pilati

Capítulo 2

As licenciaturas na UnB: historicidade e a perspectiva da práxis na formação de professores 31

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva e Shirleide Pereira da Silva Cruz

Capítulo 3

O lugar da formação de professores no contexto da pós-verdade 45

Amurabi Oliveira

Capítulo 4

A formação do professor de ciências e biologia na Universidade de Brasília: uma trajetória entre diretrizes, bacharelizações e a constituição da licenciatura 57

Ana Júlia Pedreira, João Paulo Cunha de Menezes e Samuel Molina Schnorr

Capítulo 5

O curso de licenciatura em ciências naturais da Universidade de Brasília: conquistas e desafios da formação de um profissional interdisciplinar 73

Jeane Cristina Gomes Rotta, André Vitor Fernandes dos Santos e Delano Moody Simões da Silva

Capítulo 6

Os 25 anos da licenciatura em língua e literatura japonesa na Universidade de Brasília 91

Kimiko Uchigasaki Pinheiro, Yuko Takano e Yûki Mukai

Capítulo 7

Formação de educadores(as) do campo em alternância na Universidade de Brasília 103

João Batista Pereira de Queiroz e Felipe Canova Gonçalves

Capítulo 8

Experiências e experimentações no Pibid Português 2020-2022 117

Adriana de Fatima Alexandrino Lima Barbosa, Geovanna Helen Ribeiro Melo e Maria Rosália da Silva Rodrigues

Capítulo 9

O programa de residência pedagógica 2020/2022 na Universidade de Brasília: aspectos gerais sob o olhar da coordenação 133

Ana Júlia Pedreira

Capítulo 10

Ensino por investigação na formação inicial de professores de ciências: a experiência do Programa de Residência Pedagógica na Universidade de Brasília 145

Amanda Marina Andrade Medeiros e André Vitor Fernandes dos Santos

Capítulo 11

Ações e perspectivas para as licenciaturas na Universidade de Brasília: uma entrevista com a reitora Márcia Abrahão 163

Eloisa Pilati

Capítulo 12

Considerações finais 167

Eloisa Pilati e Marcelo Cigales

Sobre a autoria desta coletânea 169

O lugar da formação de professores no contexto da pós-verdade

Amurabi Oliveira

Introdução

Ao menos desde a fundação das primeiras Escolas Normais em meados do século XIX, a formação de professores no Brasil tem sido objeto de reflexão, passando paulatinamente a ganhar especificidade dentro do ensino superior. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/96) consolida o cenário no qual a licenciatura passa a ser o *locus* por excelência de formação de professores para a educação básica, de modo que as disciplinas específicas que compõem o currículo escolar demandam profissionais com licenciaturas específicas.

A identidade dos cursos de formação de professores vem sendo reforçada não apenas a partir de resoluções específicas, como também por meio do advento de políticas públicas, dentre as quais podemos destacar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa de Residência Pedagógica (PRP), que têm sido objeto de avaliação. Todavia, não podemos tomar a realidade social de forma teleológica, uma vez que não ocorreu apenas uma valorização crescente das licenciaturas e das instituições formadoras. Apesar da relevância acadêmica e social, as universidades (e os cursos de formação de professores em especial) têm sido alvos de intensos ataques da esfera pública, especialmente durante o governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 2019 (Oliveira, 2021, 2022). As redes sociais ampliaram o campo de ação de movimentos de extrema direita que negam a ciência e recusam os agentes de mediação do conhecimento (Miskolci, 2021), o que no caso das instituições de pesquisa ganha outros contornos com a crise dos sistemas peritos no contexto da pós-verdade.

Neste trabalho, buscamos trazer algumas reflexões sobre o caso brasileiro, considerando os ataques às universidades públicas, à ciência e à educação no contexto da pós-verdade durante o governo de Jair Bolsonaro. Destacamos qual o lugar dos cursos de formação de professores nesse contexto, situando como as licenciaturas podem contribuir para buscarmos saídas para essa crise de confiança na ciência que se coloca no horizonte.

Ascensão de movimentos conservadores no Brasil

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 chamou a atenção de todo o mundo. Na mídia internacional, o apelido de “Trump tropical” traçava um paralelo direto entre seu estilo de fazer política e o de Donald Trump, que havia sido eleito presidente dos Estados Unidos em 2016. O paralelo entre os dois políticos também remetia ao modo como as duas eleições ocorreram, com o uso extensivo de *fake news*.

Se com o Brexit o termo “pós-verdade” tornou-se especialmente popular, foi com a eleição de Donald Trump que ele se consolidou. No caso da eleição de Jair Bolsonaro em 2018 houve um deslocamento da questão do hemisfério norte para o hemisfério sul, impulsionado pela crescente popularização das redes sociais no Brasil. Já a partir de 2010 o peso das redes sociais na esfera pública passou a ser sentido de forma mais decisiva, culminando com as manifestações que ocorreram em junho de 2013 em diversas cidades do país. Ainda que em um primeiro momento alguns analistas tenham realizado uma leitura relativamente “otimista” sobre tais manifestações, vislumbrando a possibilidade de uma guinada política de caráter popular e progressista (Braga, 2013; Scherer-Warren, 2014), o resultado final foi outro:

Os protestos que atraíram multidões às ruas geraram reações diversas e alternadas: do entusiasmo de alguns que ainda associavam o povo nas ruas com demandas de democracia e igualdade ao temor de outros que os recusavam pelas mesmas razões. Mas os protestos nasceram de uma forma e foram se transformando quando grupos da extrema-direita enxergaram no impulso anti-institucional que os aglutinava a janela de oportunidade para tomar o controle sobre eles, redirecionando-os para seus objetivos (Miskolci, 2021, p. 31-32).

De forma ainda mais objetiva, poderíamos afirmar que os movimentos de extrema-direita foram os que conseguiram melhor capitalizar esse momento, principalmente por meio das redes sociais. Esse fenômeno impulsionou diferentes agentes políticos que passavam a se aglutinar em torno de uma agenda moral conservadora que tomou as ruas, especialmente quando, em 2015, ganharam força as manifestações em prol do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.¹

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 pode ser compreendida como o ápice desses processos que já estavam em curso no Brasil, e de uma maior visibilização dos impactos sociopolíticos das redes sociais e do poder das *fake news*. Sismondo (2017), analisando o

¹ O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff se concretizou em 2016, o que para muitos analistas ficou caracterizado como um golpe institucional (Souza, 2016).

caso dos Estados Unidos, indica que a utilização recursiva de *fake news* por parte de Donald Trump em sua campanha em 2016 aponta que ele abandonou o jogo democrático; o mesmo poderia ser dito sobre Jair Bolsonaro em sua campanha em 2018. O percurso de Bolsonaro de um deputado federal com pouca relevância política a presidente da República é de fato bastante singular e só pode ser plenamente compreendido no bojo das transformações políticas e sociais vivenciadas no Brasil contemporâneo.

Pós-verdade, educação e conhecimento científico

Como já indicado, o conceito de pós-verdade ganha visibilidade em período recente e é recorrentemente sumarizado como um contexto no qual as convicções subjetivas e pessoais se sobrepõem aos fatos (Mcintyre, 2018). No campo do conhecimento científico isso se desdobra em uma descrença generalizada com as instituições de pesquisa e escolares. Segundo Peters (2017, p. 4, tradução nossa):

A educação agora passou pela virada digital e, em grande parte, foi capturada por sistemas de *big data* na administração, bem como no ensino e na pesquisa. A criticidade foi evitada ou limitada dentro da educação e substituída por concepções estreitas de padrões e pedagogias instrumentais e utilitárias mandatadas pelo estado. Houve ataques à autonomia profissional dos professores como árbitros da verdade. Se a educação for equiparada quase exclusivamente ao treinamento profissional, em vez de uma agenda de cidadania crítica mais ampla para a democracia participativa, podemos esperar um declínio ainda maior da social-democracia e a ascensão de políticos demagogos populistas e partidos racistas de direita alternativa. Na era da pós-verdade, não basta revisitar noções ou teorias da verdade, relatos de “evidências” e formas de justificação epistêmica como um guia para a verdade, mas precisamos entender as implicações epistemológicas e orwellianas mais amplas da pós-verdade, verdade política, ciência e educação. Mais importante, precisamos de uma estratégia operacional para combater o “governo pela mentira” e uma sociedade global preparada para aceitar a dissonância cognitiva e a subordinação da verdade aos apelos emocionais do Twitter e às crenças pessoais irracionais. Em vez de falar a verdade ao poder, Trump demonstra o poder duradouro da mentira.²

² No original: “Education has now undergone the digital turn and to a large extent been captured by big data systems in administration as well as teaching and research. Criticality has been avoided or limited within education and substituted by narrow conceptions of standards, and state-mandated instrumental and utilitarian pedagogies. There have been attacks on the professional autonomy of teachers as arbiters of truth. If education is equated almost solely with job training rather than a broader critical citizenship agenda for participatory democracy, we can expect the further decline of social democracy and the rise of populist demagogue politicians and alt-right racist parties. In the era of post-truth it is not enough to revisit notions or theories of truth, accounts of ‘evidence,’ and forms of epistemic justification as a guide to truth, but we need to understand the broader epistemological and Orwellian implications of post-truth politics, science and education. More importantly, we need an operational strategy to combat ‘government by lying’ and a global society prepared to accept cognitive dissonance and the subordination of truth to Twittered emotional appeals and irrational personal beliefs. Rather than speaking truth to power, Trump demonstrates the enduring power of the lie”.

Esse cenário afunila-se em contextos de ascensão de lideranças populistas, como é o caso de Jair Bolsonaro. Deve-se evidenciar, no entanto, que isso é um fenômeno global, que possui também uma agenda global, mas que ao mesmo tempo se articula com os cenários e as demandas locais.

Historicamente no Brasil as universidades públicas são percebidas como um espaço de resistência política e ideológica a movimentos conservadores e autoritários, o que se desdobrou durante o período da ditadura militar (1964-1985) em uma recorrente perseguição a professores e estudantes. Todavia, o caso brasileiro é bastante singular se compararmos com os demais países da América do Sul, uma vez que durante o período da ditadura militar houve um processo de expansão e consolidação do ensino superior e em especial da pós-graduação, incluindo as ciências sociais, que passaram a contar com fontes de financiamento para formação de pesquisadores (Martins, 2018; Rodrigues, 2020). Em certa medida, Bolsonaro reatualizou a perseguição ideológica às universidades públicas, classificando-as como um espaço de “doutrinação ideológica”. Mais que isso, esse processo de reatualização contou com o apoio de outros agentes políticos que passaram a ganhar visibilidade durante sua campanha presidencial e em seu governo, introduzindo novos códigos. Segundo Cesarino (2019, p. 539):

Dentre as muitas novidades introduzidas pela campanha de Jair Bolsonaro em 2018 estavam termos até então infrequentes, ou mesmo desconhecidos, no debate político nacional: significantes vazios (Laclau, 2005) como “gramscismo”, “marxismo cultural” e “globalismo” chegaram a figurar no plano de governo do então candidato (que consistia em 81 *slides*). Esse tipo de linguagem já vinha, no entanto, se sedimentando há algum tempo em mídias sociais onde emergiu e se consolidou a nova direita. Nas proximidades do período eleitoral, ela passou a ser difundida para um público mais amplo principalmente através de memes, textos, áudios e vídeos curtos circulados no WhatsApp.

Nesse contexto, as universidades foram consideradas peças-chaves na “guerra cultural contra o marxismo”. Uma das ações mais recorrentes do governo de Jair Bolsonaro foi, justamente, o questionamento da validade dos conhecimentos científicos, assim como da autonomia do trabalho docente. É importante mencionar também que já em 2004, durante o segundo ano do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, foi fundado no Brasil o movimento Escola sem Partido, cuja ação encontra-se no combate à chamada “doutrinação ideológica nas escolas”. Esse movimento ganhou maior visibilidade nos anos subsequentes, incorporando novas questões em sua agenda, como o combate à “ideologia de gênero” (Miguel, 2016). Esse conjunto de ações articuladas demonstram empiricamente aquilo que Wight (2018) levanta como hipótese, de que a suposta ligação entre democracia, educação e conhecimento parece estar quebrada.

Universidades sob ataque no governo Jair Bolsonaro

O sistema de ensino superior no Brasil é bastante complexo e segmentado, tendo experimentado uma rápida expansão principalmente a partir da década de 1990, impulsionada principalmente por instituições privadas não universitárias (Neves *et al.*, 2007). No entanto, apesar do fato de que a maior parte dos estudantes de ensino superior no Brasil estão vinculados a instituições privadas, a pesquisa e os cursos de pós-graduação concentram-se nas universidades públicas. Portanto, as universidades públicas brasileiras são agentes centrais nas políticas de Ciência e Tecnologia do país. É importante ainda mencionar que apesar de as universidades estarem vinculadas diretamente ao Ministério da Educação, tendo seus cursos de pós-graduação avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), parte do financiamento à pesquisa é realizada a partir do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Durante o período do governo do PT (2003-2016) houve um aumento no investimento das universidades públicas federais, especialmente no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, ainda que se deva considerar que esses investimentos já vinham decaindo durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, iniciado em 2015. No governo de Michel Temer (2016-2018) houve um aprofundamento da agenda neoliberal, com cortes no orçamento da educação e da ciência e tecnologia, o que afetou diretamente as universidades federais.

Em parte, o descaso do governo Jair Bolsonaro com a educação pode ser percebido pelo grande número de ministros da Educação durante seu governo. O primeiro a assumir o Ministério foi Ricardo Vélez Rodríguez (1º de janeiro de 2019 a 8 de abril de 2019), seguido de Abraham Weintraub (8 de abril de 2019 a 20 de junho de 2020), depois Milton Ribeiro (16 de julho de 2020 a 28 de março de 2022), e Victor Godoy Veiga (29 de março de 2022 a 31 de dezembro de 2022). Todos esses ministros comprometeram-se em diferentes pronunciamentos com o combate à “ideologia de gênero” e ao “marxismo cultural”, algo que também se articulava à ação de Damares Alves, que foi ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (1º de janeiro de 2019 a 30 de março de 2022).

O ministro Abraham Weintraub destacou-se nos ataques às universidades públicas, indicando corte de gastos nas universidades que estivessem realizando balbúrdia e que havia plantações de maconha nos *campi* dessas instituições. Na medida em que o próprio ministro da Educação passou a atacar as universidades públicas, podemos afirmar que houve uma institucionalização dos ataques na esfera pública, havendo um esforço do próprio governo federal em criar uma imagem negativa dessas instituições de ensino. Interessante perceber, reforçando mais uma vez a hipótese de que o contexto da pós-verdade emoldura a ação política do governo de Jair Bolsonaro, que esses ataques não eram acompanhados de fatos ou provas, centrando-se nas convicções pessoais desses agentes.

Outra marca relevante nos embates entre o governo Jair Bolsonaro e as universidades públicas foram as intervenções diretas do presidente nas eleições para reitor. As universidades públicas realizam consultas à comunidade acadêmica, elaborando uma lista tríplice com o nome dos três candidatos mais votados, que é encaminhada para o presidente da República (no caso das universidades federais) para nomeação, sendo historicamente nomeado o candidato mais votado, todavia, Bolsonaro nomeou regularmente candidatos menos votados, mas que possuem maior afinidade ideológica com seu governo.

É importante mencionar, no entanto, que há também um processo em curso que poderíamos denominar de “bolsonarização” das universidades públicas, marcado por uma adesão, ainda que parcial por vezes, ao projeto político de Jair Bolsonaro, por parte de professores ou estudantes. É significativo que em 2019, primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, tenham surgido movimentos como o “Professores Livres pelo Brasil” (ProLivres) e “Docentes pela Liberdade” (DPL), que apresentam afinidades com esse governo, em alguns casos chegando a se pronunciar publicamente a favor de ações de Jair Bolsonaro, ainda que sejam ações condenadas pela comunidade científica.

Pandemia, negacionismo científico e *fake news*

O advento da pandemia da covid-19 teve efeitos nefastos sobre todo o globo, porém eles se mostraram ainda mais profundos no caso dos países pobres. Podemos afirmar que no Brasil os marcadores de classe, raça e gênero se destacam como articuladores da exclusão social que aprofundam os efeitos da pandemia, como fica evidente na delimitação do trabalho doméstico como um trabalho essencial nesse período, cuja força de trabalho é formada majoritariamente por mulheres negras de classes populares (Oliveira, 2020).

O Brasil integrou o grupo de países que, durante a pandemia da covid-19, esteve sob a liderança de um governo negacionista, que não apenas minimizou os efeitos desse acontecimento, como também estimulou a utilização de recursos sem fundamentação científica, com destaque para a disseminação de que a hidroxicloroquina poderia ser utilizada como forma de profilaxia. Devemos situar, portanto, que o aprofundamento dos efeitos da pandemia no Brasil também se deveu ao negacionismo científico que marcou a gestão dessa crise sanitária. Buscando compreender esse fenômeno no Brasil, Caponi (2020, p. 210-211) realiza as seguintes ponderações:

Em primeiro lugar é preciso analisar questões epistemológicas que estão diretamente vinculadas a uma crescente aceitação social do negacionismo científico e à desconsideração de argumentos racionais em diversos âmbitos, desde o terraplanismo até a condenação à mal chamada ideologia de gênero, passando pelo criacionismo e pela rejeição às ciências humanas e sociais. Esse negacionismo que foi adotado pelo atual governo já na campanha eleitoral, com seu desprezo pelas universidades, pela pesquisa científica, pelos direitos das populações vulneráveis, pelas comunidades indígenas, LGBT, populações de rua, mulheres em situação de violência etc., agrava-se

em tempos de epidemia, quando existe maior necessidade de um Estado presente que garanta o exercício dos direitos. Particularmente, no que se refere à pandemia, esse negacionismo se traduz na aceitação de intervenções sem validação científica, como a divulgação e exaltação de uma terapêutica de eficácia não comprovada e com efeitos colaterais extremamente sérios como a cloroquina, ou a defesa de uma estratégia de intervenção que contraria a posição da Organização Mundial de Saúde (OMS), denominada por Bolsonaro como “isolamento vertical”.

O negacionismo, portanto, subverte o lugar da ciência em nossa sociedade, pois busca outra orientação no ordenamento das políticas públicas a partir das convicções subjetivas dos agentes do Estado. Para além das medidas de isolamento social, Bolsonaro também realizou declarações controversas sobre as vacinas espalhando desinformação, como em uma de suas *lives* na qual associou a vacina da covid-19 ao HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana).

Como coloca Avritzer (2020), o governo Bolsonaro entrou em uma crise profunda com a pandemia da covid-19, especialmente por se situar em um campo anticientífico mais acentuado que outros governos de extrema direita. Ele teve que enfrentar uma coalizão inédita entre imprensa, cientistas, governadores, organizações internacionais, porém, nesse momento radicalizou ainda mais seu negacionismo, promovendo aglomerações com frequência em Brasília e em outras partes do país.

Nessa radicalização do negacionismo científico obviamente as instituições científicas se tornam alvos dos ataques de Bolsonaro e seus apoiadores. Para além de serem percebidas como espaços de “doutrinação ideológica”, as universidades e escolas passaram a ser classificadas como um local de pessoas privilegiadas, que poderiam “não trabalhar” e continuar recebendo salário. Percebe-se uma articulação entre a retórica vinculada ao neoliberalismo e ao Estado mínimo com aquela associada à ideia de comunismo e marxismo, que seria preponderante nas universidades públicas. Em outros termos, seria necessário contestar a existência e o financiamento do ensino público considerando seus aspectos ideológicos que se traduziriam em suas práticas políticas, uma vez que a adoção de medidas de contenção à pandemia são percebidas como ações político-ideológicas e não como uma prática com embasamento científico. Tal articulação só se faz possível ante a máxima repetida à exaustão por vários políticos bolsonaristas e seus apoiadores: “conservador nos costumes e liberal na economia”.

Importante mencionar também que o negacionismo científico atinge não apenas as ciências naturais, como também as ciências humanas e sociais. Talvez um dos exemplos mais conhecidos na sociedade brasileira seja a negação do racismo, o indicativo de que ele inexistia no Brasil devido à miscigenação racial, argumento que sintetiza o chamado “mito da democracia racial”. Jair Bolsonaro, quando ainda era candidato à presidência da República em 2018, durante o programa *Roda viva* da TV Cultura, chegou a afirmar que os portugueses nunca pisaram em África, e que eram os próprios africanos que vendiam as pessoas escravizadas. Sérgio Camargo – ex-presidente da Fundação Palmares entre novembro de 2019 e março de 2022 – também chegou a afirmar publicamente que racismo

de verdade apenas existira nos Estados Unidos e não no Brasil. Outro exemplo recorrente diz respeito à negação do gênero como uma construção social, atacando perspectivas científicas que trazem esse debate, utilizando-se do termo “ideologia de gênero”, que fora criado pela Igreja Católica na América Latina, mas que tem sido apropriado por grupos religiosos e laicos nas atuais batalhas morais do mundo contemporâneo (Miskolci, 2021).

Queremos ressaltar assim que todos os negacionismos científicos devem ser combatidos e que a pandemia da covid-19 visibilizou de forma violenta seus efeitos. Para isso, é necessário recuperar também as escolas e universidades como espaços legítimos para arbitrar sobre a verdade dos fatos.

Qual o papel da formação de professores no contexto da pós-verdade?

Para tentarmos responder a essa questão é necessário atacar uma divisão histórica existente nas universidades brasileiras, que diz respeito à concepção de que os cursos de bacharelado formam pesquisadores e as licenciaturas formam professores, concebendo tais polos como intransponíveis e mesmo opostos.

Situando esse problema historicamente, é importante mencionar que os cursos de formação de professores surgem inicialmente como cursos secundários, dentro das chamadas “Escolas Normais”. Só ao longo do século XX é que se consolidam como cursos superiores, mas ainda assim eram uma formação sequencial aos cursos de bacharelado. Desse modo, em grande medida a gênese do chamado “modelo 3 + 1” encontrar-se-ia nesse modelo consolidado principalmente a partir da Faculdade Nacional de Filosofia, o que fortaleceu a dicotomia hierárquica entre bacharelado e licenciatura. Utilizamos aqui o termo dicotomia hierárquica, pois compreendemos que a relação que se estabelece historicamente nas instituições de ensino entre bacharelado e licenciatura não é apenas dicotômica (situando-os em polos opostos e incomunicáveis), mas também hierárquica, pois atribui um *status* de superioridade de um sobre o outro.

A dicotomia hierárquica existente entre bacharelado e licenciatura possui ao fundo a relação entre ciência e prática. Em outros termos: essa hierarquia simbólica que foi sendo elaborada historicamente compreende que os bacharéis se dedicam à pesquisa científica e os licenciados ao ensino. Todavia, propomos outro ângulo de análise para essa questão: o que diferenciaria a formação do bacharel e do licenciado não seria a dedicação à pesquisa científica ou ao ensino, mas sim o foco na forma de difundir o conhecimento científico. O licenciado teria como principal meio de divulgação do conhecimento científico o ensino na educação básica, ao passo que o bacharel faria uso de outras ferramentas, ainda que eventualmente possa também se utilizar da docência, porém, no ensino superior.

Nossa proposta de deslocamento semântico é compreendermos a licenciatura como uma carreira científica, considerando que os professores da educação básica são os principais agentes de difusão do conhecimento científico em nossa sociedade, do mesmo modo

que o livro didático é o principal material de síntese para o mesmo fim. O reconhecimento da licenciatura como uma carreira científica deve ser pensada em termos simbólicos e materiais, articulando essa pauta com as políticas educacionais, o que implica que os professores em suas carreiras necessitam não apenas de tempo de planejamento de aulas, como também tempo para se dedicarem a atividades científicas diversas, como ler e escrever artigos, participar de eventos etc.

Essa percepção dos professores como integrantes da carreira científica deve ser realizada não apenas no âmbito das políticas públicas, como também das sociedades científicas. O foco de entidades como a Academia Brasileira de Ciências Sociais (ABC), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), assim como outras que se organizam por áreas do saber deve ser também a difusão do conhecimento científico, tarefa para a qual os professores são os agentes mais habilitados.

No caso específico das ciências humanas é necessário ainda realizar um esforço de visibilizar que certos debates são antes científicos que morais. Uma das estratégias corriqueiras dos grupos conservadores e negacionistas é de situar questões como racismo, ou construção social do gênero, como pautas morais, ignorando (ou melhor, negando) a existência de um acúmulo de conhecimento científico sobre o tema. Essa separação entre pauta moral e pauta científica é relevante, pois o foco da docência das ciências humanas é apresentar um conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados sobre o mundo social, não produzir um julgamento moral sobre essa realidade.³

Um dos investimentos a serem feitos em sala de aula – em todas as áreas do conhecimento – diz respeito ao lugar da ciência, diferenciando-a das crenças subjetivas e pessoais. Recordo-me de uma aluna que tive na primeira turma de ensino superior para o qual lecionei em 2008. Era um curso de licenciatura em Ciências da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e essa discussão surgiu em sala de aula na disciplina de Sociologia da Educação. Essa estudante em questão era uma das melhores da classe e foi indagada sobre quando tivesse que lecionar sobre o Big Bang. Ela apresentou uma posição muito interessante, sobre o dever que ela acreditava ter como professora de Ciências de apresentar a seus alunos as teorias científicas, mas que isso não implicava que ela subjetivamente abrisse mão de suas crenças pessoais.

Assim, argumentamos que as políticas de formação inicial e continuada de professores devem enfatizar essa vocação científica da docência, compreendendo-a como um importante meio de difusão do conhecimento. Sem uma sólida formação científica dos professores da educação básica não teremos uma sociedade que encara a ciência com seriedade, ou ainda, que seja capaz de diferenciar fatos, resultados de pesquisas, das opiniões pessoais.

³ Não estamos aqui defendendo uma pretensa postura de neutralidade, pelo contrário, pois é o acesso ao conhecimento produzido no campo das ciências humanas que nos possibilita estranhar e desnaturalizar a realidade.

Considerações finais

A contestação da legitimidade das instituições científicas e da própria ciência ironicamente alastrou-se em um momento no qual elas se mostraram fundamentais. Sem ciência não haveria vacinas e sem vacinas não haveria saída para a pandemia. Jair Bolsonaro manteve sob segredo se foi vacinado ou não, de modo que por meio dessa posição ambígua ao mesmo tempo acena para seus apoiadores mais radicais que se opõem ao que eles denominam de “ditadura da vacina”, mas também deixa em aberto a possibilidade de que tenha se vacinado, esquivando-se das críticas mais diretas sobre esse tema.

É importante mencionar ainda que o período da pandemia da covid-19 demarca também o afastamento de alguns agentes políticos em relação a Bolsonaro. Não houve apenas um grande número de ministros da Saúde que deixaram o cargo desde o início da pandemia – Marcelo Queiroga foi o quarto ministro da Saúde no Brasil desde o início da pandemia –, como também políticos eleitos no mesmo partido do ex-presidente em 2018 (o Partido Social Liberal,⁴ PSL) que se afastaram de seu espectro político, culminando com a saída de Bolsonaro do partido e posterior filiação ao Partido Liberal (PL). Ainda que ele não tenha conseguido se reeleger, muitos de seus ex-ministros obtiveram votações expressivas, como Damares Alves, Marcos Pontes, Ricardo Salles, Sérgio Moro etc. Somam-se a esse cenário os atos terroristas que ocorreram na primeira semana de janeiro de 2023, o que demonstra a força do bolsonarismo no Brasil.

Ante a esse cenário ameaçador, marcado pela vivência de quatro anos de um governo federal com uma postura anticência, é necessário redimensionarmos o papel dos professores da educação básica no contexto da pós-verdade, situando-os no centro da discussão nacional em torno da carreira científica, algo que só é possível de ser feito se articulado a políticas educacionais como o Pibid e o PRP.

Referências

AVRITZER, Leonardo. *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível. *Observatório Social de América Latina*, v. 8, p. 51-61, 2013.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos avançados*, v. 34, p. 209-224, 2020.

⁴ Importante mencionar que o PSL passou de um único deputado federal eleito em 2014 para 52 em 2018, tornando-se o segundo maior partido na Câmara dos Deputados, perdendo apenas para o PT. Em 2022, o PSL fundiu-se com o Partido Democratas (DEM) dando origem ao União Brasil (União), que atualmente é o maior partido do Congresso Nacional.

- CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.
- MARTINS, Carlos Benedito. As origens pós-graduação nacional (1960-1980). *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 13, p. 9-26, 2018.
- MCINTYRE, Lee. *Post-truth*. Cambridge: MIT Press, 2018.
- MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, v. 32, p. 621-648, 2017.
- MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e práxis*, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.
- MISKOLCI, Richard. *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizadora*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochelle. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. *Sociologias*, p. 124-157, 2007.
- OLIVEIRA, Amurabi. A quarentena é branca: classe, raça, gênero e colonialidade. *Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais*, v. 10, n. 1, p. 193-203, 2020a.
- OLIVEIRA, Amurabi. Educación, negacionismo y desigualdades en Brasil en tiempos de pandemia. *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*, v. 9, n. 3, p. 1-12, 2020b.
- OLIVEIRA, Amurabi. The rise of the School without party movement and the denunciations against the “indoctrinating teachers” in Brazil. *REIDICS. Revista de Investigación en Didáctica de las Ciencias Sociales*, n. 11, p. 85-100, 2022.
- PETERS, Michael. Education in a post-truth world. *Educational Philosophy and Theory*, v. 49, p. 6, p. 563-566, 2017.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. Brazilian political scientists and the Cold War: Soviet hearts, North-American minds (1966–1988). *Science in Context*, v. 33, n. 2, p. 145-169, 2020.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, v. 27, p. 417-429, 2014.
- SISMONDO, Sergio. Post-truth? *Social studies of science*, v. 47, n.1, p. 3-6, 2017.
- SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. São Paulo: Leya, 2016.
- WIGHT, Colin. Post-truth, postmodernism and alternative facts. *New Perspectives*, v. 26, n. 3, p. 17-29, 2018.

Sobre a autoria desta coletânea

Amanda Marina Andrade Medeiros – Doutora em Educação pela Universidade de Brasília. É professora da UnB, onde coordena o Programa Residência Pedagógica de Ciências Naturais (2020-2022).

Amurabi Oliveira – Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Livre Docente pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do CNPq. Membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Global Young Academy (GYA).

Ana Júlia Pedreira – Doutora em Educação pela Universidade de Brasília. É professora da UnB, onde atuou como coordenadora institucional do Programa de Residência Pedagógica (2020-2022) e atua como Coordenadora do Projeto Residência Pedagógica Ciências Biológicas (2022-2024).

André Vitor Fernandes dos Santos – Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor da Universidade de Brasília, onde atua na licenciatura em Ciências Naturais e coordena o Programa Residência Pedagógica de Ciências Naturais (2020-2024).

Adriana de Fatima Alexandrino Lima Barbosa – Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora da Universidade de Brasília, onde atuou como coordenadora do Subprojeto Letras do Pibid (2020-2022).

Delano Moody Simões da Silva – Doutor em Ecologia pela Universidade de Brasília. É professor da mesma Universidade, onde atua com a formação de professores de Ciências.

Eloisa Pilati – Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília. É professora da UnB, onde atua como Diretora de Planejamento e Acompanhamento das Licenciaturas.

Felipe Canova Gonçalves – Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília. Professor da UnB, atua na Licenciatura em Educação do Campo – Habilitação Linguagens, Artes e Literatura (Planaltina).

Geovanna Helen Ribeiro Melo – Graduada em Letras pela Universidade de Brasília. Foi bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência no subprojeto Letras na edição de 2020-2022.

Jeane Cristina Gomes Rotta – Doutora em Química pela Universidade de São Paulo. É professora da Universidade de Brasília, onde atua como professora do curso de Licenciatura em Ciências Naturais (Planaltina).

João Batista Pereira de Queiroz – É doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. É professor da Universidade de Brasília, onde atua na Licenciatura em Educação do Campo (Planaltina).

João Paulo Cunha de Menezes – Doutor em Ciências pela Universidade Federal de Lavras. É professor da Universidade de Brasília, onde atua na licenciatura em Ciências Biológicas.

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva – Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás. É professora da Universidade de Brasília, onde atuou como Coordenadora Institucional do Programa de Residência Pedagógica (PRP). Pesquisadora do CNPq.

Kimiko Uchigasaki Pinheiro – Doutora em Literatura pela Universidade de Brasília. É professora da Universidade de Brasília, onde atua no curso de Licenciatura em Letras/Japonês.

Marcelo Cigales – Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da Universidade de Brasília, onde atua como Coordenador do Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez.

Maria Rosália da Silva Rodrigues – É licencianda em Letras Português e sua respectiva Literatura pela Universidade de Brasília. Foi bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência no subprojeto Letras na edição de 2020-2022.

Samuel Molina Schnorr – Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade de Brasília, onde atua como coordenador do subprojeto Biologia do Pibid (2022-2024).

Shirleide Pereira da Silva Cruz – Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. É professora da Universidade de Brasília, onde atua como coordenadora do Projeto do Pibid/Pedagogia.

Yûki Mukai – Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. É professor da Universidade de Brasília, onde atua como coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (2021-2023).

Yuko Takano – Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo. É professora da Universidade de Brasília, onde atua na formação de professores de Licenciatura em Língua e Literatura Japonesa.

A Editora UnB é filiada à



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

AS LICENCIATURAS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Avanços, desafios e perspectivas

O livro reúne um conjunto de textos que evidenciam aspectos políticos, acadêmicos, científicos e educacionais sobre a formação de professores (as) na Universidade de Brasília (UnB). Historicamente as licenciaturas se constituíram como um espaço de menor prestígio no campo acadêmico brasileiro, mas nas últimas décadas, a institucionalização das Diretrizes Curriculares Nacionais da Formação de Professores, a regulamentação dos estágios obrigatórios supervisionados e o investimento das políticas educacionais voltadas a formação inicial de professores acarretaram mudanças significativas na forma de conceber esses cursos no país. Como instituição pioneira, a UnB vem se redesenhando institucionalmente para valorizar e dar visibilidade aos cursos de formação docente, tendo criado em 2021 uma Diretoria de Planejamento e Acompanhamento das Licenciaturas, vinculada ao Decanato de Ensino de Graduação. Além de abordar os aspectos históricos da gestão educacional, responsável por integrar os 24 cursos de licenciatura e suas 41 habilitações, a obra destaca alguns projetos desenvolvidos junto ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa de Residência Pedagógica (PRP), assim como da trajetória das licenciaturas de Ciências Naturais, Letras/Japonês e Educação do Campo. A obra é um convite para refletirmos sobre diferentes ângulos, os avanços, os desafios e as perspectivas dos cursos de formação de professores na UnB.

EDITORA



UnB

